



SUMÁRIO

LIVRO I IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Parte 1 – Direito Material

Rafael Carvalho Rezende Oliveira

1	INTRODUÇÃO	3
1.1.	A importância do combate à corrupção.....	3
1.2.	Conceito de improbidade administrativa e o princípio da juridicidade.....	6
2.	FONTES NORMATIVAS.....	11
2.1.	Antecedentes normativos	11
2.2.	Quadro normativo atual: fontes internacionais, constitucionais, legislativas e regulamentares.....	14
2.2.1.	Fontes internacionais.....	14
2.2.2.	Fontes constitucionais.....	15
2.2.3.	Fontes legislativas.....	16
2.2.4.	Fontes regulamentares.....	16
2.3.	Discussão quanto à constitucionalidade da Lei 8.429/1992.....	17
2.4.	A competência legislativa e a natureza da Lei 8.429/1992: Lei nacional ou federal?	19
2.5.	Irretroatividade da Lei 8.429/1992.....	21

3. CONTROLE DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	25
3.1. Controle preventivo	25
3.2. Controle repressivo	26
4. SUJEITOS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	29
4.1. Sujeito passivo	29
4.1.1. Administração Pública direta e indireta.....	34
4.1.2. Consórcios públicos de direito público e de direito privado	34
4.1.3. Concessionários e permissionários de serviços públicos (concessões comuns e parcerias público-privadas): inaplicabilidade do art. 1.º da Lei de Improbidade Administrativa	37
4.1.4. Terceiro Setor: Serviços Sociais Autônomos, Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e outras entidades.....	39
4.1.5. Sindicatos.....	41
4.1.6. Partidos políticos	42
4.2. Sujeito ativo	43
4.2.1. Agentes públicos	43
4.2.1.1. Agentes públicos de direito e agentes públicos de fato	45
4.2.1.2. Agentes políticos (membros dos Poderes Executivo e Legislativo): Lei de Improbidade Administrativa e crime de responsabilidade....	46
4.2.1.3. Lei de Improbidade Administrativa e a “Lei da Ficha Limpa”	56
4.2.1.4. Membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas	58
4.2.1.5. Militares	62
4.2.1.6. Empregados e dirigentes de concessionárias de serviços públicos: inaplicabilidade do art. 2.º da Lei de Improbidade Administrativa.....	67

4.2.1.7.	Os advogados e o alcance da Lei de Improbidade Administrativa	69
4.2.1.8.	Árbitros não são agentes públicos para fins de improbidade	70
4.2.1.9.	Notários e registradores.....	71
4.2.2.	Terceiros.....	72
4.2.2.1.	As condutas do terceiro e o elemento subjetivo	72
4.2.2.2.	Aplicação das sanções ao “terceiro” pressupõe a prática de improbidade administrativa por agente público.....	73
4.2.2.3.	Adequação das sanções e a expressão “no que couber”	75
4.2.2.4.	Pessoas jurídicas.....	75
5.	ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	79
5.1.	Característica comum dos atos de improbidade: tipificação aberta e rol exemplificativo.....	79
5.2.	Enriquecimento ilícito (art. 9.º da Lei 8.429/1992).....	81
5.2.1.	Enriquecimento ilícito <i>x</i> enriquecimento sem causa (art. 9.º da Lei 8.429/1992)	83
5.2.2.	Elemento subjetivo: dolo.....	84
5.2.3.	Condutas comissivas ou omissivas	84
5.2.4.	Sanções para o enriquecimento ilícito (art. 12, I, da Lei 8.429/1992).....	85
5.3.	Danos ao erário (art. 10 da Lei 8.429/1992)	87
5.3.1.	Erário e patrimônio público	89
5.3.2.	Elemento subjetivo: dolo ou culpa	90
5.3.3.	Condutas comissivas ou omissivas	93
5.3.4.	Sanções para o dano ao erário (art. 12, II, da Lei 8.429/1992).....	93
5.4.	Concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário (art. 10-A da Lei 8.429/1992).....	94
5.4.1.	Elemento subjetivo: dolo.....	97

5.4.2.	Conduitas comissivas ou omissivas	98
5.4.3.	Sanções para a concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário (art. 12, IV, da Lei 8.429/1992).....	98
5.5.	Violação aos princípios da Administração Pública (art. 11 da Lei 8.429/1992).....	99
5.5.1.	Elemento subjetivo: dolo.....	101
5.5.2.	Conduitas comissivas ou omissivas	103
5.5.3.	Sanções para a violação aos princípios da Administração Pública (art. 12, III, da Lei 8.429/1992)	104
5.6.	Ordem urbanística (art. 52 da Lei 10.257/2001 – Estatuto da Cidade).....	105
5.6.1.	Estatuto da Cidade e a Lei 8.429/1992	106
5.6.2.	Sujeito ativo: Prefeito e Governador do Distrito Federal....	106
6.	PRESCRIÇÃO	109
6.1.	Mandato, cargo em comissão e função de confiança (art. 23, I, da Lei 8.429/1992)	110
6.2.	Servidores temporários (art. 37, IX, da CRFB).....	114
6.3.	Servidores estatutários e empregados públicos (art. 23, II, da Lei 8.429/1992)	115
6.3.1.	Improbidade e conduta tipificada como crime	117
6.4.	Prescrição e terceiros	121
6.5.	Imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao Erário: controvérsias e o entendimento do STF	124
 Parte 2 – Direito Processual <i>Daniel Amorim Assumpção Neves</i> 		
7.	MICROSSISTEMA COLETIVO	133
7.1.	Conceito.....	133
7.2.	Microssistema coletivo e a ação de improbidade administrativa.	137

8. NATUREZA DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ..	143
8.1. Ação de natureza civil.....	143
8.2. Tutela jurisdicional coletiva.....	144
8.3. Natureza do direito material tutelado na ação de improbidade administrativa	147
8.4. A ação de improbidade administrativa é ação civil pública?.....	149
9. LEGITIMIDADE.....	153
9.1. Espécies de legitimidade	153
9.2. Legitimação ativa	155
9.2.1. Introdução	155
9.2.2. Pessoa jurídica interessada.....	156
9.2.3. Ministério Público	159
9.2.4. Litisconsórcio entre os legitimados	161
9.2.5. Atuação superveniente do Ministério Público como autor... ..	162
9.3. Legitimidade passiva	163
9.3.1. Legitimados passivos.....	163
9.3.2. Litisconsórcio passivo	165
9.4. Legitimação bifronte das pessoas jurídicas interessadas.....	169
9.5. Sucessão processual no polo passivo	172
10. COMPETÊNCIA.....	175
10.1. Introdução	175
10.2. Competência da Justiça brasileira.....	176
10.3. Competência originária dos tribunais superiores.....	176
10.4. Competência de Justiça Especializada.....	180
10.5. Competência da Justiça Comum.....	181
10.6. Competência do foro	184
10.7. Competência de juízo.....	187

11. CONEXÃO E LITISPENDÊNCIA	189
11.1. Conceitos e efeitos.....	189
11.2. Efeitos da conexão na tutela coletiva.....	191
11.2.1. Reunião das demandas.....	191
11.3. Prevenção do juízo	197
12. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	199
12.1. Introdução	199
12.2. Legitimidade.....	200
12.3. Requisitos formais da representação	204
12.4. Procedimento.....	205
12.5. Processo administrativo e inquérito civil.....	207
13. PROCEDIMENTO JUDICIAL.....	209
13.1. Introdução	209
13.2. Petição inicial	210
13.2.1. Introdução	210
13.2.2. Endereçamento	210
13.2.3. Nome das partes e sua qualificação.....	211
13.2.4. Causa de pedir.....	212
13.2.5. Pedido	218
13.2.6. Valor da causa.....	220
13.2.7. Requerimento para produção de provas	221
13.2.8. Requerimento de não realização da audiência do art. 334 do CPC.....	221
13.2.9. Instrução da petição inicial.....	222
13.3. Recebimento da petição inicial e defesa prévia.....	225
13.3.1. Introdução	225
13.3.2. Justificativas para a existência de uma fase de defesa prévia	225
13.3.3. Cumprimento da exigência legal.....	228

13.3.4. Procedimento	229
13.4. Instrução probatória	235
13.5. Sentença	237
13.5.1. Introdução	237
13.5.2. Sentença terminativa em caso de abandono e desistência	238
13.5.3. Sentença homologatória de transação	239
13.5.4. Sentença de procedência e as “penas” previstas pelo art. 12 da Lei 8.429/1992	241
13.5.4.1. Introdução	241
13.5.4.2. Perda dos bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio	241
13.5.4.3. Ressarcimento integral do dano	243
13.5.4.4. Perda da função pública	246
13.5.4.5. Suspensão dos direitos políticos	250
13.5.4.6. Multa civil	252
13.5.4.7. Proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	254
13.5.4.8. Proporcionalidade e razoabilidade na aplicação das penas	257
14. COISA JULGADA	261
14.1. Introdução	261
14.2. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	262
14.3. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	269
14.4. Limitação territorial da coisa julgada	270
15. MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	277
15.1. Introdução	277

15.2. Disponibilidade de bens.....	278
15.2.1. Natureza jurídica	278
15.2.2. Atos de improbidade e indisponibilidade.....	281
15.2.3. Legitimidade ativa	282
15.2.4. Objeto da garantia.....	284
15.2.5. Limites impostos ao ato de constrição.....	287
15.2.6. Forma do pedido de indisponibilidade.....	289
15.2.7. Concessão liminar da medida cautelar.....	290
15.2.8. Requisitos para a concessão.....	292
15.2.9. Prazo para a propositura da ação principal.....	294
15.3. Sequestro.....	297
15.3.1. Natureza jurídica.....	297
15.3.2. Atos de improbidade e sequestro	300
15.3.3. Legitimidade ativa	301
15.3.4. Objeto da garantia.....	301
15.3.5. Limites impostos ao ato de constrição	302
15.3.6. Forma do pedido de sequestro	303
15.3.7. Concessão liminar do sequestro.....	303
15.3.8. Requisitos para a concessão.....	304
15.4. Prazo para a propositura da ação principal.....	305
15.5. Afastamento provisório do cargo, emprego ou função.....	305
15.5.1. Natureza jurídica.....	305
15.5.2. Requisitos para a concessão.....	306
15.5.3. Tempo de duração.....	308
15.5.4. Sujeitos passivos da medida.....	310
15.5.5. Excepcionalidade do pedido	311

Livro II
SISTEMA BRASILEIRO DE COMBATE À CORRUPÇÃO
E A LEI 12.846/2013 (LEI ANTICORRUPÇÃO)

Parte 1 – Direito Material

Rafael Carvalho Rezende Oliveira

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	315
-------------------------------------	------------

Parte 2 – Direito Processual
Daniel Amorim Assumpção Neves

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	329
BIBLIOGRAFIA.....	335

Nota da Editora: as alterações na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecidas pela Medida Provisória 870/2019, não foram incorporadas ao conteúdo da obra tendo em vista que, até o fechamento desta edição, as novas estruturas regimentais que constam nos Decretos regulamentadores não estavam em vigor (início previsto para 30.01.2019).